



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento  
da Universidade Estadual de Londrina

# MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2019

DATA DA PROVA: 08/03/2020

## CARGO: **ADVOGADO** (NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: 01 a 05; Matemática: 06 a 10;

Conhecimentos Gerais: 11 a 15; Conhecimentos Específicos: 16 a 30.

### LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
14	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
15	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

### Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

## QUESTÕES DE 1 A 5 - LÍNGUA PORTUGUESA

01. O trecho a seguir foi extraído da obra 'Memórias do Cárcere', de Graciliano Ramos. Leia-o atentamente para responder às próximas questões.

*"Nunca tivemos censura prévia em obra de arte. Efetivamente se queimaram alguns livros, mas foram raríssimos esses autos-de-fé. Em geral a reação se limitou a suprimir ataques diretos, palavras de ordem, tiradas demagógicas, e disto escasso prejuízo veio à produção literária. Certos escritores se desculparam de não haverem forjado coisas excelentes por falta de liberdade - talvez ingênuo recurso de justificar inépcia ou preguiça. Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer".*

Em relação à interpretação do texto, pode-se afirmar que o autor:

- a) denuncia a prática dos governos autoritários brasileiros de censurarem previamente as obras de arte.
- b) se queixa de que, se não fossem os ataques do Estado, a qualidade da nossa literatura seria bem maior.
- c) argumenta que a ausência de liberdade total não foi um grande obstáculo à produção literária de alta qualidade.
- d) indica duas barreiras que impediram por completo o desenvolvimento da literatura nacional: a gramática e a lei.

02. O trecho destacado se inicia com a afirmação de que "nunca tivemos censura prévia em obra de arte". Em relação ao sujeito dessa oração, pode-se afirmar que:

- a) está oculto.
- b) é composto.
- c) é inexistente.
- d) está invertido.

03. Analise as alternativas a seguir e assinale a que NÃO contém uma palavra que pode ser classificada foneticamente como proparoxítona.

- a) Gramática.
- b) Raríssimos.
- c) Efetivamente.
- d) Demagógicas.

04. Uma das afirmações do autor no trecho destacado é que "liberdade completa ninguém desfruta". A respeito da estrutura sintática dessa oração, marque a alternativa CORRETA.

- a) Tanto o sujeito como o objeto da oração são compostos.
- b) O termo "completa" desempenha a função de núcleo do sujeito.
- c) A função de sujeito da oração é desempenhada pelo termo "ninguém".
- d) A expressão "liberdade completa" exerce a função de sujeito composto da oração.

05. Ainda em relação à interpretação do texto, ao alegar que os escritores são "oprimidos pela sintaxe", o autor pretende enfatizar que:

- a) a censura estatal é capaz de utilizar diferentes recursos para promover a perseguição aos artistas.
- b) a produção literária jamais é completamente livre, pois obedece a certas normas gramaticais.
- c) os erros gramaticais podem se tornar um pretexto para que o Estado ditatorial censure as obras literárias.
- d) os rigores das normas ortográficas são o principal impedimento à produção literária em qualquer país.

## QUESTÕES DE 6 A 10 - MATEMÁTICA

06. Algumas unidades de medidas são mais utilizadas no Brasil. Sobre unidades de quantidade de matéria (massa), assinale a alternativa CORRETA:

- a) Um grama equivale a mil miligramas.
- b) Massa é, no Brasil, preferencialmente medida em litros.
- c) A unidade de massa "quilograma" abrevia-se como "KG", em letras maiúsculas.
- d) Não é possível representar, no sistema de medidas brasileiro, massas inferiores a um micrograma.

07. Sobre a função:

$$f(x) = 2x - 4$$

Assinale a alternativa CORRETA.

- a)  $f(50) = 104$
- b) É uma função bijetora, considerando  $x \text{ e } f(x) \in \mathbb{R}$
- c) Não é uma função injetora, uma vez que alguns elementos do conjunto Domínio não possuem respectivos valores no conjunto Imagem.
- d) É uma função do segundo grau, uma vez que a variável  $X$  está multiplicada por 2.

08. Assinale a alternativa que contém a soma das raízes do sistema de equações a seguir:

$$\begin{cases} 2x + y + z = 0 \\ x + 2y - z = 3 \\ x - y - z = -6 \end{cases}$$

- a) -6.
- b) -4.
- c) +2.
- d) +6.

09. Sobre um pentágono, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A soma de seus ângulos internos, assim como de um quadrado, é de  $360^\circ$ .
- b) Possui 6 diagonais internas.
- c) Para um pentágono regular de lado  $l$ , sua área é dada por  $A = \frac{5l^2}{2}$ .
- d) A soma de seus ângulos externos é de  $360^\circ$ .

10. O esquadro é uma ferramenta utilizada tanto para realização de desenhos quanto em obras. É composta por um triângulo retângulo, geralmente com ângulos internos de  $30^\circ$ ,  $60^\circ$  e  $90^\circ$ ; ou dois de  $45^\circ$  e um de  $90^\circ$ . Considerando o esquadro isósceles, se este possuir hipotenusa de tamanho igual a  $15\text{cm}$ , qual será o tamanho aproximado de cada cateto?

(Considere  $\sqrt{2} \cong 1,4$ )

- a)  $10,7\text{cm}$ .
- b)  $14\text{cm}$ .
- c)  $15\text{cm}$ .
- d)  $21\text{cm}$ .

### QUESTÕES DE 11 A 15 - CONHECIMENTOS GERAIS

11. Considere a análise a seguir, a respeito de um recente fato que gerou repercussões nas relações internacionais, e marque a alternativa que indica o nome do país que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

*“Naquele que talvez tenha sido o ataque mais significativo dos Estados Unidos no Oriente Médio em décadas, a ordem do presidente Donald Trump de bombardear o veículo em que viajava o general Qasem Soleimani pegou todos de surpresa. Embora as consequências do ataque ainda sejam incertas, essa ação pode facilmente desencadear um conflito militar na região, visto que aquele general estava, de fato, no comando da política externa do \_\_\_\_\_, e era uma personalidade política popular tanto no país dele quanto no exterior”.*

(BBC Mundo, 07/01/2020, com adaptações).

- a) Irã
- b) Egito
- c) Marrocos
- d) Afeganistão

12. A notícia a seguir trata da participação do Brasil na última reunião de uma das mais importantes organizações internacionais. Leia-a atentamente e marque a alternativa que contém o nome que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

*“Um Brasil próspero. Essa é a mensagem que o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer entregar para líderes, chefes de Estado e empresários presentes no \_\_\_\_\_, em Davos. Principal representante do governo brasileiro no local neste ano, Guedes deve se empenhar em atrair capital externo para o país. A tarefa não é a das mais simples. No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro decepcionou no evento ao realizar um discurso muito sucinto. Desta vez, as apresentações do ministro se concentrarão na redução do déficit fiscal e no avanço das reformas estruturais”.*

(Veja, 20/01/2020, com adaptações)

- a) Fórum Econômico Mundial
- b) Tribunal Penal Internacional
- c) Fundo Monetário Internacional
- d) Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

13. O seguinte trecho apresenta uma definição para um importante conceito da atualidade. Leia-o atentamente e marque a alternativa que indica o conceito de que se trata.

*“Trata-se de um fenômeno social total e multidimensional, que não é completamente recente, nem inteiramente novo. No entanto, dizer que esse fenômeno está inserido num processo histórico não significa negar a sua dimensão de novidade. Na verdade, esse processo compreende atualmente novas dinâmicas econômicas, políticas e culturais, com importante dimensão e impacto, e que constituem uma verdadeira transformação no mundo em que vivemos. Em síntese, tem-se experimentado a passagem de uma internacionalização de certas instituições econômicas de raiz nacional para um processo mais generalizado de integração econômica à escala mundial”.*

- a) Globalização.
- b) Nacionalismos.
- c) Direitos Humanos.
- d) Desenvolvimento Sustentável.

14. Em 1948, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas adotou a chamada 'Declaração Universal dos Direitos Humanos'. Examine as opções a seguir e marque a alternativa que NÃO apresenta um dos princípios que norteiam esse documento, conforme referidos em seu preâmbulo.

- a) Desenvolvimento de relações amistosas entre as nações.
- b) Dignidade inerente a todos os membros da família humana.
- c) Protecção dos direitos do homem através de um regime de direito.
- d) Esvaziamento das identidades nacionais, para redução das desigualdades.

---

15. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Assis Chateaubriand, o exercício de determinadas medidas é da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado. Marque a alternativa que NÃO indica uma dessas medidas.

- a) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
- b) Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
- c) Legislar sobre assuntos de interesse local, bem como instituir a guarda municipal para a protecção de seus bens, serviços e instalações.
- d) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

---

### QUESTOES DE 16 A 30 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Assinale a alternativa INCORRETA, a respeito do processo legislativo, conforme a Constituição Federal de 1988.

- a) A matéria constante de projeto de lei rejeitado não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- b) O processo legislativo compreende a elaboração de resoluções.
- c) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

17. No que diz respeito à disciplina constitucional da ordem econômica e financeira, é CORRETO afirmar que:

- a) A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
- b) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei complementar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- c) A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Senado Federal.
- d) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.

---

18. Assinale a alternativa CORRETA, conforme a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Constituição Estadual pode ampliar as hipóteses de reserva de lei complementar, ou seja, pode criar outras hipóteses em que é exigida lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal, prestigiando-se, assim, o pacto federativo.
- b) É cabível Ação Direta de Inconstitucionalidade contra decreto presidencial que, com fundamento no art. 84, VI, "a", da CF/88, extingue colegiados da Administração Pública federal, porque se trata de decreto autônomo, que retira fundamento de validade diretamente da Constituição Federal e, portanto, é dotado de generalidade e abstração.
- c) É inconstitucional a lei de protecção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.
- d) A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é constitucional.

---

19. Assinale a alternativa CORRETA, com base no Código Civil de 2002.

- a) O condomínio edilício é elencado expressamente como espécie de pessoa jurídica de direito privado.
- b) Não constitui ato ilícito a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.
- c) Os ébrios habituais, os viciados em tóxico e as pessoas sem desenvolvimento mental completo são relativamente incapazes.

d) O terceiro não interessado, que paga dívida em seu próprio nome, não tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas se sub-roga nos direitos do credor.

---

20. A respeito dos contratos, assinale a alternativa INCORRETA, conforme o Código Civil de 2002.

a) A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.

b) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.

c) Se for aleatório o contrato, por serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, ainda que de sua parte não tiver concorrido culpa, desde que a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada.

d) O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

---

21. Assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código de Processo Civil em vigor.

a) Admite-se a distribuição diversa do ônus da prova, por meio de convenção das partes, desde que celebrada antes do início do processo.

b) Instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, o sócio será intimado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 10 (dez) dias.

c) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, contanto que haja declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.

d) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

---

22. Assinale a alternativa INCORRETA, a respeito do mandado de segurança, da ação civil pública, da ação popular e do mandado de injunção.

a) No mandado de injunção, a edição de norma regulamentadora antes da decisão é causa de extinção do processo com resolução de mérito.

b) Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.

c) A fim de subsidiar eventual ação civil pública, o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis

d) Na ação popular, as partes só pagarão custas e preparo a final.

---

23. Com relação aos contratos administrativos, assinale a alternativa CORRETA, conforme as disposições da Lei 8.666/93.

a) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, mas não desconstitui os já produzidos.

b) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite legal estabelecido para a contratação de obras e serviços de engenharia por meio da modalidade convite.

c) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 60% (sessenta por cento) para os seus acréscimos.

d) A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

---

24. Com base na Lei 11.107/2005, que dispõe sobre os consórcios públicos, assinale a alternativa CORRETA.

a) Os entes consorciados, desde de que em conjunto, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

b) O consórcio público constituirá associação pública, ou seja, pessoa jurídica de direito privado.

c) O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

d) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante decreto do Poder Executivo, do protocolo de intenções.

25. Assinale a alternativa INCORRETA, sobre improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92 e na jurisprudência dos tribunais superiores.

a) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

b) Os agentes políticos, a exemplo do Presidente da República, encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.

c) As ações de improbidade administrativa podem ser propostas em até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

d) O Superior Tribunal de Justiça entende que frustrar a legalidade de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, ainda que esse prejuízo não possa ser quantificado em termos econômicos, para ressarcimento.

26. Conforme o Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

a) Os tabeliões de notas, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis.

b) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido anteriormente à sua introdução.

c) A existência de penhora a garantir a dívida em processo de execução não autoriza, por si só, a expedição de certidão positiva com efeito de negativa.

d) A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei, é causa de suspensão do crédito tributário.

27. Sobre as limitações do poder de tributar, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar que:

a) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, c, da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se houver contribuição dos beneficiários.

b) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, c, da CF, ainda que o valor dos aluguéis não seja aplicado exclusivamente nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

c) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/1988 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), exceto aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.

d) Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

28. A respeito da greve do servidor público, de acordo com a legislação que rege o tema e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar que:

a) A justiça comum, federal ou estadual, é incompetente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta.

b) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem direta ou indiretamente na área de segurança pública.

c) O direito de greve do servidor público será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

d) A administração pública poderá, em razão de seu poder discricionário, proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre.

29. Assinale a alternativa CORRETA, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

a) Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de qualquer outra doença grave, de modo que, inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.

b) O fato de o empregado participar, ainda que de forma habitual, de jogos de azar, como o “jogo do bicho”, não pode fundamentar sua demissão por justa causa.

c) As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.

d) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por 1 (um) dia por semestre para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.

30. Assinale a alternativa CORRETA, sobre a responsabilidade por dano ambiental, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

a) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo cabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar.

b) O reconhecimento da responsabilidade objetiva por dano ambiental dispensa a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado.

c) Admite-se a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.

d) É imprescritível a pretensão reparatória de danos ao meio ambiente.

---

## GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30